

Ata nº 12

Ao décimo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dezanove, pelas onze horas, nas instalações do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, IP, (INSA), sito na Avenida Padre Cruz, em Lisboa, reuniu o Conselho Nacional de Saúde (CNS), criado pelo Decreto-Lei n.º 49/2016, de 23 de agosto, de acordo com o previsto na Base VII da Lei n.º 48/90, de 24 de agosto, alterada pela Lei n.º 27/2002, de 8 de novembro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações
2. Aprovação da ata da reunião de 19.11.2019
3. Aprovação do Relatório de Saúde 2019 “Sem mais tempo a perder: Relatório CNS Saúde Mental em Portugal: um desafio para a próxima década”
4. Plano de Atividades 2020

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes elementos:

Henrique Barros - Presidente do CNS

Isabel Loureiro - Vice-Presidente do CNS

Maria da Piedade Líbano Monteiro - Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger - APSA

José Manuel Boavida - Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal - APDP

Joaquina Castelão - Federação Portuguesa das Associações das Famílias de Pessoas com Experiência de Doença Mental - FamiliarMente

Sofia Crisóstomo - Grupo de Activistas em Tratamentos - GAT

Natália Amaral - Liga Portuguesa Contra o Cancro (em representação de Vítor Rodrigues)

Bárbara Marques - Ordem dos Biólogos (em representação de Miguel Viveiros)

Ana Maria Fonseca - Ordem dos Enfermeiros

Orlando Monteiro da Silva - Ordem dos Médicos Dentistas

Alexandra Bento - - Ordem dos Nutricionistas

Alfredo Monteiro - Associação Nacional de Municípios Portugueses

Pedro Pita Barros - Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas

Alexandre Castro Caldas - Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas

Eduardo Azevedo - Região Autónoma dos Açores

Mário Rodrigues - Região Autónoma da Madeira

Dina Carvalho - Comissão Permanente de Concertação Social

Heitor Costa - Comissão Permanente de Concertação Social (em representação de João Almeida Lopes)

Lucília Nunes - Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida

Orlando Monteiro da Silva fez-se acompanhar por Paulo Melo, Presidente do Conselho Geral da OMD. Estiveram ainda presentes os peritos Joana Alves, Isa Alves e Gonçalo Augusto.

O Presidente do CNS deu início à sessão e perguntou se alguém tinha informações.

José Boavida, a propósito da problemática sobre o Estado da Saúde, discutido na reunião anterior, sugeriu que o CNS, aproveitando as mudanças ocorridas com um novo Gabinete e um novo orçamento, solicitasse uma reunião com a Sra. Ministra, no intuito de saber quais as expectativas que teria do CNS.

Orlando Monteiro da Silva apresentou Pedro Melo, acrescentando que seria o seu substituto oficial nas suas ausências.

Seguidamente informou que a OMD, ANAUDI e APHP enviaram uma carta conjunta à Sra. Ministra da Saúde e ao Sr. Ministro do Ambiente sobre a falta de clarificação do Decreto-Lei 108/2018, de 3 de dezembro, que estabelece o regime jurídico da proteção radiológica, referindo as dificuldades resultantes na sua aplicação. Referiu que o CNS poderia manifestar-se sobre essa questão e ficou de enviar a referida carta para conhecimento de todos os conselheiros.

Dina Carvalho concordou e reforçou o seu impacto negativo, acrescentando que a situação era suficientemente grave, pondo em causa a proteção radiológica e a saúde dos portugueses.

O Presidente informou que esperava reunir-se com a Sra. Ministra e que a ideia era solicitar que comparecesse numa reunião do CNS, dizendo o que esperava do Conselho. Em relação à proposta de Orlando Monteiro da Silva manifestou ter dúvida do seu enquadramento na missão do CNS, mas que poderia ser pelo menos uma chamada de atenção.

Alfredo Monteiro concordou com a proposta de José Boavida, valorizando a vinda da Sra. Ministra ao CNS, falar no orçamento e da importância do SNS e como melhorar para corresponder às dificuldades presentes.

Relativamente ao Orçamento de Estado e à descentralização, frisou que se tratava de uma transferência de competências, em 2020 apenas no Continente, sendo a Saúde uma dessas matérias, que estava a ser debatida, com a pronúncia dos municípios sobre a aceitação da gestão e funcionamento das unidades de saúde, dos assistentes operacionais e dos equipamentos e manutenção, verificando-se, uma vez mais, grande desigualdade no país. Referiu a grande deficiência dos meios financeiros para gerir as Unidades de Saúde e que de 288 municípios apenas 29 aceitaram.

Henrique Barros considerou que a municipalização da Saúde poderia ser considerada um tópico relevante para reflexão do CNS.

Sofia Crisóstomo perguntou se já haveria algum comentário aos termos de referência enviados pelo CNS, a que o presidente respondeu que seria matéria para perguntar à Sra. Ministra.

Depois foi aprovada a ata da reunião de 19 de novembro, por unanimidade pelos conselheiros presentes nessa reunião, com as retificações solicitadas.

Em relação ao relatório sobre Saúde Mental, o Presidente explicou que a versão do documento em apreciação estava inacabada, apesar do esforço enorme da exígua equipa que desenvolveu o trabalho, perante a proliferação de documentação e quantidade de informação. Passou a palavra a Gonçalo F. Augusto que fez o ponto da situação, referindo que o documento estava praticamente pronto, havia alguns aspetos que ainda teriam que ser abordados, mas que dada a prioridade da reunião em aprovar o relatório para a sua apresentação pública, pedia aos conselheiros que se manifestassem, com foco nas conclusões e recomendações.

Tecidas diversas considerações e após algumas intervenções a ter em conta, o relatório foi aprovado em termos gerais, e acordado que a versão final seria enviada contemplando os contributos colhidos.

Passando ao último ponto da agenda, o Presidente deu a palavra aos conselheiros para se pronunciarem sobre o tema que o CNS deveria abordar e pautar o trabalho a desenvolver em 2020 e expressassem as suas preocupações.

Henrique Barros lembrou ainda que a questão dos Recursos Humanos da Saúde tinha sido um tema consensual na reunião anterior, mas que haveria com certeza outros como uma Lei de Saúde Pública, achando interessante pensar no seu enquadramento.

Sofia Crisóstomo referiu a proposta que já enviara, sobre modelo de cuidados integrados centrados na pessoa, tendo por base os 5 eixos propostos pela Organização Mundial de Saúde.

Por sua vez, Piedade L Monteiro mostrou a sua preocupação com a tabela de incapacidades, por não corresponder à realidade e às necessidades atuais, considerando premente desenvolver um trabalho de fundo.

Lucília Nunes foi da opinião de que alguns assuntos podiam ser intersectados com um eixo temporal, como o envelhecimento, Recursos Humanos, Modelos de Cuidados.

Henrique Barros considerou que o problema dos RH poderia ser encarado de duas formas (que modelos, que cuidados) que se prendiam com todos os eixos apontados.

José Boavida alertou para a problemática das novas profissões, numa visão não corporativa.

Alexandre C. Caldas reforçou o papel da Educação. Referiu a preocupação do Conselho Europeu da Saúde na formação contínua dos profissionais da Saúde. Considerou necessária uma mudança radical do paradigma dos cuidados, que tinham de ser interdisciplinares e relevou o papel fundamental das Ordens na Certificação, tendo Dina Carvalho acrescentado que não é só o problema da certificação, mas também de recertificação, das Ordens e de outros, que garanta a qualidade de cuidados ao cidadão

Pedro Pita Barros chamou a atenção de que os RH não viviam fora das organizações, precisavam de se adaptar a novas necessidades. Natália Amaral, concordando, lembrou o problema da regionalização com grandes desigualdades.

Paulo Lopes disse que a formação contínua nas Ordens era obrigatória e que a OMD estava a criar condições para a sua implementação.

Sofia Crisóstomo considerou que a importância dos RH teria que ser encarada numa lógica de Saúde e na Doença e ainda que a questão da Certificação era não acompanhar o desenvolvimento científico.

Alfredo Monteiro manifestou concordar com a temática dos RH da Saúde, que estava ligada a todas as outras preocupações, como o envelhecimento. Entendeu necessário encontrar um modelo de desenvolvimento do País, lembrando que encerraram muitos serviços de saúde no País e dizendo que em 2060 o interior estaria completamente deserto. Informou ainda que os municípios têm refletido nesta matéria, que apesar de se ter feito muita coisa com os 100 mil milhões de euros de fundos comunitários, as assimetrias continuavam a aumentar.

A propósito, o Presidente, no âmbito das comemorações do DMS 2020, lembrou a necessidade de acompanhamento dos municípios.

Concluiu manifestando ao seu agrado pela pertinência e relevância das intervenções, para em conjunto traçarem o percurso do CNS.

Nada mais havendo a tratar, foi a presente reunião encerrada, pelas 13H.